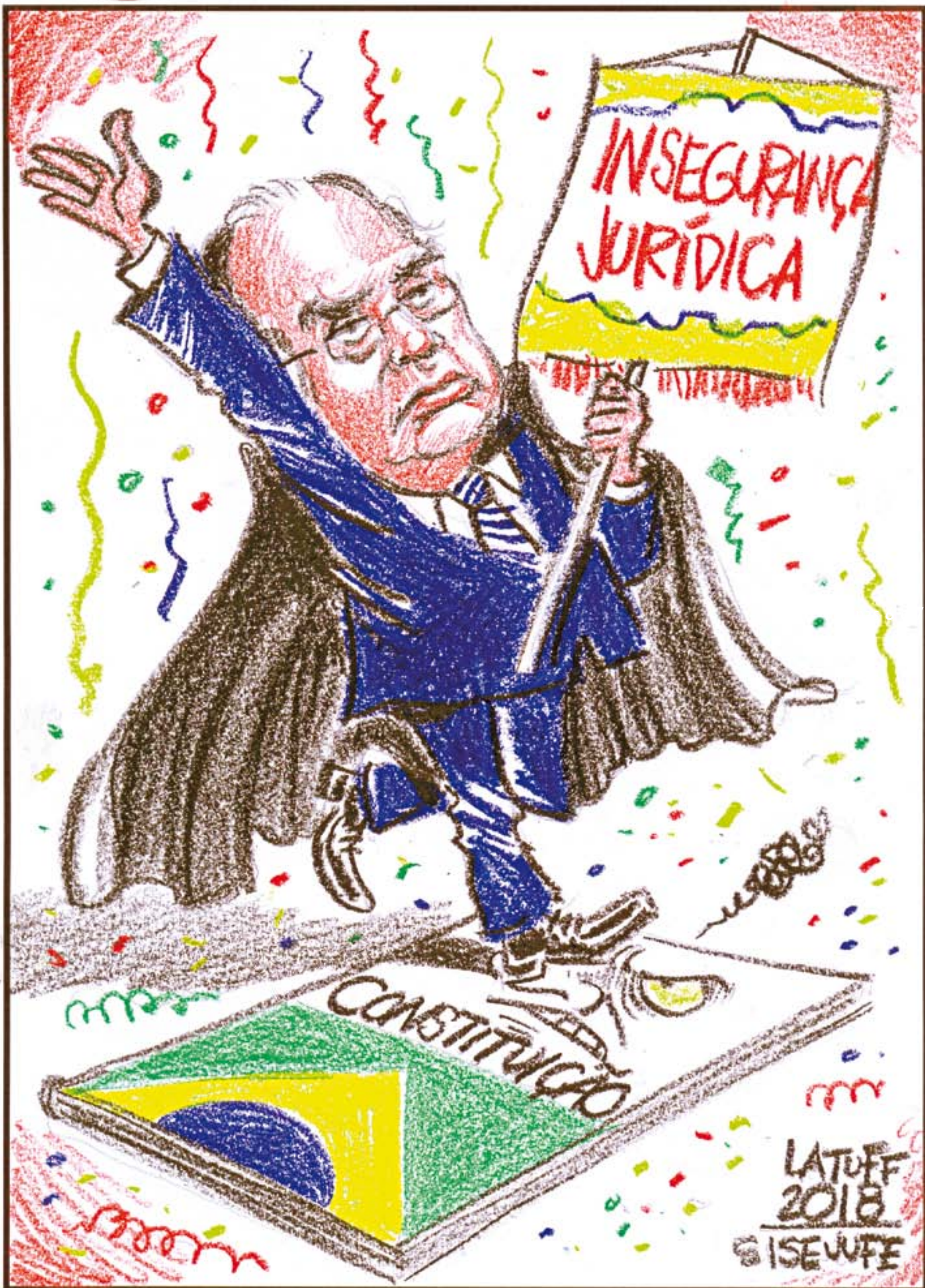


Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no
Estado do Rio de Janeiro – Janeiro de 2018 – Nº 95 – Ano 12
Av. Presidente Vargas, 509/11º andar – Centro
Rio de Janeiro – CEP 20071-003 – (21) 2215.2443

Filiado à
SISEJUF **FENAJUF**



LATUFF



EDITORIAL

Ano novo, vida nova.... Velhos problemas...

O ano de 2018 mal começou e o Sisejufe já tem uma série de pendências que ficaram do ano que terminou. Problemas resultantes da política de governo que produz enxugamento e precarização do serviço público atingindo em cheio o Poder Judiciário e, consequentemente, as justiças federais no Rio de Janeiro. O próximo período será marcado por um processo de diminuição do quadro de servidores, efeito da corrida pela aposentadoria em tempos de antirreforma da Previdência e da limitação de reposição do quadro de pessoal provocada pela redução dos gastos decorrente da EC 95/2016. Com base na Resolução 219/2016 do CNJ, os tribunais respondem ao arrocho provocado pelas antirreformas, impondo enxugamento de estruturas. Desse modo, os servidores sofrem com a sobrecarga de trabalho, com as mudanças de local de trabalho e com a perda de funções.

Mudanças que afetam duramente as suas vidas estão sendo realizadas sem que esses possam interferir nos processos. Em to-

dos esses casos o produto será a perda da qualidade de vida, o adoecimento. E, para a instituição, a baixa na produtividade esperada.

No TRF2 a agenda com o presidente André Fontes envolve dois temas. O primeiro é referente ao projeto de unificação de secretarias, proposto pelo tribunal, que provoca a junção de duas ou até três em uma única, que passaria a servir a dois ou três juizados ou varas federais. A preocupação se dá com base no aumento das já elevadas doenças ocupacionais, pois os servidores teriam que se desdobrar em cumprir discutíveis metas estatísticas, servindo a dois ou mais magistrados e métodos de trabalho diferentes.

Outro assunto é a atuação da Comissão de Acidentes em Serviço da Justiça Federal, que demora excessivamente na análise dos requerimentos apresentados perante comissão. As análises tem ultrapassado os 180 dias, não sendo difícil encontrar casos que chegam a quase dois anos ou até mais. E a situação já é vista como assédio moral indireto praticado pela

própria Administração, já que fere a dignidade do servidor que fica à mercê de uma decisão por um prazo indefinido.

O Sisejufe questiona se a demora se dá pelos afastamentos dos componentes, como licenças e férias, sem a devida substituição para que não acarrete prejuízos aos servidores. O assunto já foi discutido pelo Jurídico do Sisejufe, após relatos de vários servidores. O Sindicato aposta no diálogo com a Administração do Tribunal para resolução dessa questão, mas não está descartado requerer a atuação da própria Corregedoria do TRF2, assim como a do CJF e a do CNJ.

No TRE, a agenda do Sisejufe com o presidente Carlos Eduardo da Fonseca Passos é focada numa tentativa de estabelecer uma forma de diálogo antes de qualquer medida ser adotada e que venha a ter forte impacto na vida dos servidores. Afinal, lá eles ainda estão se recuperando do choque provocado pelo Rezoneamento e extinção de zonas eleitorais, realocados para zonas distantes de suas

residências, com interferência no cotidiano familiar.

E no final do ano, mais uma proposta foi adotada com ausência de qualquer discussão sobre o impacto na vida de todos: as metas estabelecidas para o cadastramento biométrico. Os servidores acusam que a medida vem trazer ainda mais intranquilidade, pois está se tornando comum a administração do Tribunal agir sem uma avaliação de suas consequências, sem antes tentar discutir uma forma de amenizar os problemas que venham a ser causados.

Com relação ao TRT1, o principal tema em questão com o presidente, desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, é referente ao aumento na jornada de trabalho. A medida, tomada sem reflexão e suas consequências na vida dos servidores, promoveu não apenas uma insatisfação generalizada, como, também, um clima de instabilidade psíquica e emocional no dia a dia de todos.

Já é evidente o crescimento nos casos de afastamento por doenças ocupacionais. Assim,

o aumento da jornada estará se tornando ineficaz à produtividade. Além disso, a medida vai na contramão das propostas defendidas pelo conjunto dos servidores de todo o país, que trata da redução da jornada de trabalho e implicaria numa melhoria na qualidade de vida, diminuição esta que se torna possível com implantação de tecnologias e do Processo Judicial Eletrônico.

Além destes assuntos pontuais, a agenda nacional consiste, já em fevereiro, do enfrentamento com o rolo compressor que defende a antirreforma da Previdência, que perversamente trata todos como se tivessem a mesma expectativa de vida. Não diferencia tipos de trabalho e as diversidades regionais, nas quais muitos ainda enfrentam problemas de educação e saúde pública, com uma qualidade de vida ineficiente, ocasionando raros casos em que as pessoas conseguirão alcançar a idade mínima para se aposentarem. Sem dúvidas, 2018 será um ano de grande batalhas para a categoria e para os trabalhadores.

Presidente do STF

recebe demandas da categoria em reunião com a Fenajufe

FENAJUFE

Ministra Cármen Lúcia se comprometeu analisar as demandas

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministra Cármen Lúcia, comprometeu-se a analisar as demandas da categoria e discuti-las novamente com a Fenajufe. Pelo menos é o que ficou acertado na reunião entre a entidade nacional dos servidores do Judiciário Federal e a ministra, realizada no gabinete da Presidência da Suprema Corte, dia 19 de dezembro do ano passado.

Receptiva e demonstrando familiaridade com os temas que estavam pautados, Cármen Lúcia recebeu a documentação a ela apresentada pela Fenajufe, representada pelos dirigentes da entidade Adriana Faria, Costa Neto, Cristiano Moreira, Erlon Sampaio, Gerardo Alves, Gláucio Silva, José Aristéia, José Everson Nogueira, Júlio Brito, Marcelo Melo, Rodrigo Carvalho, Rodrigo Peixoto, Saulo Arcangeli e Vicente Sousa. Os diretores foram acompanhados pelo advogado Rodrigo Camargo, da Assessoria Jurídica Nacional da Federação.

Primeiro tópico tratado, a retomada dos trabalhos da Co-



Foto: Joana D'Arc/Imprensa Fenajufe

Dirigentes nacionais da categoria buscam compromisso da presidente da Suprema Corte, ministra Cármen Lúcia

missão Interdisciplinar recebeu atenção especial, por tratar da discussão de Carreira, tema de grande relevância para os servidores do Poder Judiciário da União (PJU). O pleito é a transformação da Comissão em mesa de negociação permanente, um fórum voltado para o debate mais aprofundado das demandas da categoria, inclusive das questões remuneratórias.

Questões sensíveis como a dos Quintos/Décimos incorporados e a manutenção do reajuste de 13,23% - sob risco de cassação ante a iminência

de uma Súmula Vinculante - também foram tratadas. Os dirigentes da Fenajufe manifestaram preocupação com as decisões que têm ameaçado direitos dos servidores, até mesmo violando o princípio da coisa julgada. O consolidado das demandas entregue à ministra aborda ainda questões como a luta contra as carreiras exclusivas nos tribunais superiores e a jornada de seis horas, bandeiras de luta da categoria.

Sobre a alteração do nível de escolaridade para ingresso na

carreira de Técnico Judiciário - tema já aprovado no âmbito da Comissão Interdisciplinar - a presidente do Supremo informou que usaria o período de recesso do Judiciário para discutir a questão com o diretor-geral do STF e dos demais tribunais superiores e conselhos, e, em seguida, outra reunião com a Fenajufe seria convocada para que fossem apresentados os encaminhamentos acerca do tema.

Outro ponto abordado pelos dirigentes foi o reajuste dos benefícios. A Fenajufe argumentou que existe disponibilidade de

sobras orçamentárias para a concessão, argumento inclusive corroborado por estudos da Assessoria Econômica do Sin-trajud. O estudo mostra que a utilização de aproximadamente 1/10 do saldo existente das sobras orçamentárias possibilitaria a correção dos benefícios em 7,2%, retroativa a janeiro de 2017.

Ao final da reunião, Cármen Lúcia comprometeu-se a examinar os pedidos ainda durante o recesso que teve início dia, 20/12.

Imprensa Fenajufe

Sindicato conectado a categoria



O Sisejufe lançou em julho passado o “SisejufeApp”. Com o aplicativo, para plataformas iOS e Android, o servidor sindicalizado recebe notícias variadas sobre a entidade, salários, condições de trabalho etc e poderá fazer reservas para a Sede Campeste, consultas a processos jurídicos e a convênios, requerimentos e, principalmente, opinar sobre as decisões da luta sindical. Para obtê-lo é preciso fazer o download nas lojas PlayStore ou APPStore e se registrar, no próprio app, pra fazer login. A ideia é aproximar cada vez mais os servidores de sua entidade representativa.



SISEJUFEB: Filiado à FENAJUFE
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriano Nunes dos Santos, Alexandre Graciano dos Santos, Amaro das Graças Faustino, Ana Clécia Vieira Santos, Carlos Eduardo da Costa Cruz, Carlos Henrique Ramos da Silva, Claudio Vieira Amorim, Deise de Andrade Azevedo, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Fabio Filardi da Silva, Fernanda Guimarães Lauria, Helena Guimarães Cruz, Iuri Barbosa Matos Peixoto, Joel Lima de Farias, José Fonseca dos Santos, José Ricardo de Almeida Horta, Jovelina Alves da Silva, Laura Diogenes de Oliveira e Silva, Lucas Ferreira Costa, Lucena Pacheco Martins, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Marcelo Costa Neres, Maria Cristina Barbosa Mendes, Maria Eunice Barbosa da Silva, Mariana Abreu Petersen da Rocha, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Marietela de Souza Vicente, Michel Carneiro da Silva, Mônica Cristina Santana de Jesus, Neli da Costa Rosa, Nilton Barbosa de Castro, Nilton Alves Pinheiro, Ricardo de Azevedo Soares, Ricardo Loureiro Pinto, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo Soares Valverde, Rodrigo Acantara de Souza, Ronaldo Almeida das Virgens, Soraia Garcia Marca, Valtier Nogueira Alves – **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Fortunato Mauro – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTB 20732) – Max Leone (MTE RJ/19002/JR) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) – **PROJETO GRÁFICO:** Claudio Camilo (MTB 20478) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Mônica Cristina Santana de Jesus, Deise de Andrade Azevedo, José Ricardo de Almeida Horta, Lucena Pacheco Martins, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria, Ricardo Quiroga Vinhas, Soraia Garcia Marca, Valtier Nogueira Alves, Vera Miranda, Fortunato Mauro e Max Leone – **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 7.300. “Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

Sisejufe atua incisivamente na resistência à PEC 287

ANTIRREFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sindicato não deu trégua e investiu na luta contra a antirreforma que submeterá os trabalhadores, públicos e privados, à própria sorte sem que possam se aposentar

A direção do Sisejufe não poupou esforços e vai intensificar, neste ano, ainda mais campanha que busca impedir a aprovação das mudanças na aposentadoria dos trabalhadores públicos e privados

Max Leone*

Proposta pelo governo golpista de Michel Temer, baseada e falso déficit e em mentiras, entidade dos servidores do Judiciário fluminense se contrapôs à antirreforma e não facilitou - nem facilitará - a vida do Executivo Federal. O sindicato adotou, em 2017, medidas tanto no campo político quanto no jurídico para tentar barrar a votação da PEC 287 pelo Congresso Nacional. Foram diversos atos, manifestações, caravanas a Brasília, campanhas em redes sociais. Também foi feito trabalho de corpo a corpo para pressionar os parlamentares a não votarem na proposta que tira direitos dos trabalhadores e servidores públicos. Em 2018, outras atividades serão programadas. O governo espera votar a PEC no dia 19 de fevereiro na Câmara dos Deputados.

Ao longo do ano passado, dirigentes da entidade sindical, representantes de base e funcionários do Judiciário Federal do Rio estiveram presentes na Câmara Federal atuando politicamente e nos bastidores para que a PEC não passe no Parlamento. Além disso tudo, o Departamento Jurídico do Sisejufe protocolou ação judicial contra as mudanças nas regras da aposentadoria. Um vídeo produzido pelo sindicato, em conjunto com o Sindiquinze (Campinas/SP), postado na

Internet, revela as mentiras que Temer quer empurrar goela abaixo da população para convencê-la da necessidade da antirreforma da Previdência. O Sisejufe também fez pedido de direito de resposta ao Grupo Globo, para desmentir matéria veiculada nos meios de comunicação da família Marinho que distorceu informações a respeito do funcionalismo público.

Relembre as atividades

Em 14 de dezembro, foi lançado um vídeo produzido por diretores, representantes sindicais de base e servidores da categoria com intervenções de pessoas ligadas ao movimento de camponeses - que fizeram greve de fome contra a antirreforma - e parlamentares do campo da esquerda. Em associação com o Sindicato dos Servidores Públicos da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Sindiquinze), lançou outro vídeo, com duração de dois minutos, denunciando a sórdida campanha milionária do Executivo contra os servidores federais, estaduais e municipais.

Uma caravana de servidores do Judiciário Federal do Rio e dirigentes do Sisejufe participou, em 12 de dezembro, de atividades contra a aprovação da antirreforma. Os dirigentes sindicais e ativistas fizeram visitas aos gabinetes da Câmara e corpo a corpo com parlamentares. A comitiva atuou



Foto: Fortunato Mauro

Judiciários e Sisejufe participam de todas as manifestações contrárias à antirreforma previdenciária

no convencimento de indecisos e de quem não se posicionou sobre o tema. O alvo principal foi a bancada fluminense na Câmara. Estiveram presentes os diretores do sindicato Lucena Pacheco, Amaro Faustino, Iuri Peixoto, José Fonseca e Neli Rosa, a representante sindical de base Anny Figueiredo, a pensionista atuante do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) Marilene dos Santos e os assessores Vera Miranda (política) e Alexandre Marques (parlamentar).

Mostrando as mentiras do Executivo

A comitiva entregou Nota Técnica do Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) sobre os dados

da Previdência. Os representantes argumentaram que a proposta de Temer representa grande retrocesso e retirada de direitos dos trabalhadores. Os dirigentes mostraram que é uma falácia o déficit da Previdência. Também participaram de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para confrontar números do governo com dados da Anfip e da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do déficit.

No dia 5 de dezembro, a categoria no estado mostrou que é contra e que resistirá como pode à antirreforma da Previdência. O dia foi marcado por atos nas sedes dos tribunais na capital com a participação de diretores e ativistas. Houve manifestação no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) da rua do Acre, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

(TRT1) da Lavradio e na Justiça Federal da Venezuela, da Rio Branco e da Almirante Barroso, e, também, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Os servidores do TRF2 mostraram sua indignação. Uma carta foi distribuída à população que passava pela rua do Acre, destacando as mudanças que massacram trabalhadores e servidores, em especial, as mulheres. A diretora do Sisejufe Lucena Pacheco ressaltou a importância de a categoria estar mobilizada em conjunto com outros segmentos como a Frente Brasil Popular (FBP), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros.

Ricardo Horta, também diretor do Sisejufe, criticou a campanha do governo que coloca a culpa do falso déficit das contas públicas nos servidores e não

revê a política de isenções fiscais e, também, não combate a sonegação. Ele acredita que esta é uma das estratégias para acabar com o serviço público e terceirizar o trabalho no setor. Também manifestaram sua indignação em frente ao TRF2, o presidente da Associação dos Servidores das Justiça Federais do Rio de Janeiro (Serjus), Edson Mouta, e o servidor Abílio Fernandes.

No TRT1 da Lavradio, o diretor do Sisejufe Ricardo Quiroga convocou os funcionários do tribunal ressaltando a importância da mobilização contra a PEC 287. Na Justiça Federal da Almirante Barroso, o também dirigente do sindicato Ricardo de Azevedo Soares destacou a responsabilidade dos servidores na luta contra a antirreforma: “o governo Temer mente ao dizer que somos os culpados pela crise do país. Trabalhadores em

geral devem dar um recado aos políticos que querem aprovar a reforma: ‘Quem votar na reforma, não voltar’”.

Na Avenida Venezuela, os diretores Maria Eunice da Silva e Mário Cesar Pacheco e o representante de base Alexandre Magno conversaram com os colegas e com a população sobre as consequências da aprovação da antirreforma da Previdência.

Ato no TRE fecha o dia de mobilização de judiciários no Rio

Os servidores do TRE fecharam a jornada de mobilização dos servidores do Judiciário no Rio em frente à sede do tribunal, na avenida Presidente Wilson. A diretora do Sisejufe Fernanda Lauria fez uma defesa do serviço público, que atende à população mais pobre. Para a dirigente, apenas a mobilização pode barrar a antirreforma.

Além do desmonte do sistema previdenciário, o vice-presidente do Sisejufe, Lucas Costa, também denunciou a perda dos direitos sociais e a ameaça de extinção das justíças do Trabalho e Eleitoral, visando a perpetuação de um sistema desigual. O coordenador-geral da Fenajufe Helênio Barros e os servidores Marcos Valério Raposo e Leonardo Chueri também usaram o microfone para se contrapor a proposta do governo. Após a manifestação, os servidores seguiram para o Ato Unificado dos trabalhadores convocado pelas centrais sindicais.

Sindicato entra com ação civil pública

Em novembro do ano passado, o Sisejufe ajuizou Ação Civil

Pública contra o injusto dano à imagem da categoria causado por propaganda veiculada pelo Executivo Federal que, em sua tentativa de aprovar a antirreforma da Previdência atribui ao funcionalismo público supostos privilégios que atentariam contra as contas públicas. O discurso do governo é de que há necessidade de contenção de despesas, no entanto, são altas as dívidas gastas em propaganda para criar no imaginário popular o tal déficit da Previdência e que os servidores seriam a sua causa.

Com o tema “Contra os privilégios. A favor da igualdade”, o Governo lançou na televisão, no rádio e na Internet série de propagandas induzindo os cidadãos a acreditarem que o tal privilégio combatido é aquele assegurado

ao funcionalismo público, sem esclarecer as distinções entre os regimes público e privado e a real situação desses servidores, que hoje lutam para receber os salários em dia.

Segundo o assessor jurídico do Sisejufe Jean Ruzzarin “mais que combater o evidente e intencional erro do conteúdo repassado pelo Governo Federal, é preciso que o Judiciário atue contra o descumprimento do mandamento constitucional que impõe à Administração o dever de verdadeiramente educar, informar e orientar socialmente a população em suas propagandas, e não manipular”.

*Da Redação

Foto: Acervo Fisejufe



Festa de fim de ano do Sisejufe foi só alegria

COMEMORAÇÃO A animação tomou conta do Clube Ginástico Português na véspera do recesso, dia 19 de dezembro

Cristiane Vianna Amaral*

A categoria comemorou o fim do ano ao som das bandas Nova Lei e Quizomba que misturaram diversos ritmos, nacionais e internacionais. “É importante mantermos nossa autoestima elevada para enfrentar os diversos ataques que estamos sofrendo e iremos enfrentar”, destacou o diretor do Sisejufe Adriano dos Santos, que deu boas vindas aos mais de 700 servidores e familiares que prestigiaram a festa. Disse ainda, que a força do sindicato é sua base e que a entidade precisa da participação de todos nas lutas sindicais e sociais que continuam em 2018.

Adriano também destacou a importância do sindicalizado para a entidade e o esforço em manter as confraternizações de fim de ano, mantendo sempre o nível elevado de organização e satisfação da categoria. “Estamos sempre buscando aprimorar o evento e trazer shows que despertem interesse e animação”, concluiu o membro do Departamento de Cultura do sindicato. Todas as fotos da festa podem ser conferidas no site: www.sisejufe.org.br/fotosfinaldoano2017

*Da Redação

Fotos: Cristiane Vianna Amaral



O presidente do TRF2, André Fontes, o desembargador do TRT José Luis Campos Xavier e o assessor especial da Presidência do STF Amarildo Vieira prestigiaram a festa dos servidores.



Luta e persistência garante o direito dos servidores

QUINTOS

Em 2018 a luta em defesa do direito dos servidores continua

Cristiane Vianna Amaral*

O Sisejufe está atento à pauta, mas até o fechamento desta edição, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não havia publicado a data da primeira sessão do ano, que deve acontecer a partir do dia 23 de janeiro. “Estamos prontos para ganhar essa batalha. O julgamento não acontecerá a nossa revelia”, declarou a diretora do sindicato Lucena Pacheco.

O movimento sindical está priorizando o acompanhamento da análise dos embargos de declaração dos Quintos. Representantes do Rio de Janeiro, de outros estados e da própria Fenajufe estiveram no STF sempre que houve a possibilidade da lista em que consta o Recurso Extraordinário 638.115 ter sido apreciada pelo plenário no ano passado, acompanhados pelas assessorias jurídicas e parlamentares.

Os dirigentes sindicais também visitaram os gabinetes do Supremo pedindo o apoio dos ministros para que pedissem destaque no processo dos Quintos, caso o mesmo fosse



Dirigentes da categoria judiciária são incansáveis na luta pela manutenção dos Quintos, a despeito da ação do ministro Gilmar Mendes contra os servidores

ser votado em lista, para que seja lido e, neste sentido, a posição dos magistrados seria com conhecimento do conteúdo. Na avaliação da direção do Sisejufe, como este é um caso de repercussão geral, não é cabível ser encaminhado da maneira como o ministro Gilmar Mendes, relator do caso, vem impondo.

O ministro Ricardo Lewandowski já havia se manifestado a favor do pleito dos servidores e seu colega Celso de Melo se mostrou preocupado com a insegurança jurídica que a questão suscitou. Para o asse-

sor jurídico do Sisejufe Rudi Cassel, a derrubada dos Quintos pela Corte Suprema pode aprofundar um caminho perigoso à garantias constitucionais fundamentais, tais como “coisa julgada”, o direito adquirido e a decadência de anulação de atos administrativos, afirmando que todos os órgãos públicos podem cancelar as incorporações, imediatamente.

Independentemente do que ocorra, o sindicato está preparado para impugnar judicialmente qualquer tentativa, no fluxo de argumentos como a decadência após cinco anos de percepção da parcela (Lei 9784/99, artigo

54), fato que o relator finge ignorar. “A Administração não detém mais o direito de anular o recebimento mensal. Qualquer tentativa, notificação ou corte efetuado aos servidores deve, imediatamente, ser comunicado ao Jurídico do Sisejufe”, destaca Cassel.

Um dos motivos pelos quais o Recurso Extraordinário não ter sido apreciado foi por conta de pautas polêmicas que vinham tomando conta do Plenário do STF, como o foro privilegiado, a regulamentação para doação de sangue (mais especificamente por parte de pessoas com relação homoafetiva), a demarcação

de terras de áreas da Amazônia Legal, bem como a troca de farpas entre os ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, que interrompeu a sessão no fim do mês de outubro.

Para Lucena, “os Quintos, a demissão por insuficiência de desempenho, a antirreforma Previdenciária, a Emenda Constitucional 95 e os demais ataques do governo Temer, formam um bloco para acabar com o serviço público e, por sua vez, com o Estado brasileiro, assim, essa luta é de todos e não podemos deixar de resistir e lutar”.

*Da Redação

Ato pressionou ministros pela manutenção dos Quintos

A pressão pela manutenção dos Quintos foi intensa no segundo semestre de 2017. Servidores do Poder Judiciário Federal, do Ministério Público da União, representantes da Fenajufe de todo o país estiveram no dia 18 de outubro em ato em frente ao STF, na Praça dos Três Poderes, para pressionar ministros do Tribunal

a votarem pela manutenção dos Quintos incorporados.

No fim de outubro, a então nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou aos ministros do Supremo memorial em defesa dos Quintos concedidos por meio de decisão transitada em julgado ou por decisão administrativa proferida há mais de cin-

co anos. Na mesma linha do ex-procurador, Rodrigo Janot, a procuradora atual também se alinha aos servidores para preservar os Quintos. O posicionamento da Procuradoria Geral da república (PGR) deve favorecer a categoria e pode convencer os ministros da injusta desconstituição desse direito.



Sisejufe sempre presente a resistência contra a retirada de direitos dos servidores

Remoções compulsórias no TRE continuam sem considerar os servidores e o interesse público

PELOS TRIBUNAIS

Sindicato convocará assembleia no início de fevereiro de 2018

Cristiane Vianna Amaral*

A direção do Sisejufe foi surpreendida com a apresentação do “Dimensionamento da força de trabalho das zonas eleitorais do Rio de Janeiro”, em reunião realizada no dia 8 de janeiro com chefes de cartório e juizes eleitorais, que tratou de remoções compulsórias e voluntárias de servidores. Segundo Fernanda Lauria, diretora do sindicato, a proposta privilegia a sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em detrimento das zonas eleitorais, pois os critérios para a ocupação das vagas na Administração são subjetivos, baseados no currículo e no perfil do candidato, podendo ferir o princípio da impessoalidade. Nas zonas, ao contrário, os critérios são rígidos e objetivos, como o da antiguidade, por exemplo.

O sindicato questiona que o objetivo da Administração do Tribunal seja a equalização do número de servidores nos cartórios, mas que, na prática, estabelece a sede do TRE como prioridade, sem indicar, contudo, quantas seriam essas vagas e sequer se preocupando com as condições dos cartórios de origem desses servidores a serem removidos (se deficitária, neutra ou superavitária), “podendo, potencialmente piorar, ainda mais, a situação das zonas eleitorais já deficitárias ou mesmo criando nova situação de déficit que importará em possível aumento no número de remoções compulsórias”, aponta Fernanda Lauria.

O projeto mostra-se contraditório estabelecendo complexas situações para que se concretizem remoções voluntárias entre os cartórios (somente a partir de zonas e regiões superavitárias), além de impor uma série de remoções compulsórias que causam enormes transtornos para a vida dos servidores atingidos. “Some-se a isso, as novas chefias e as novas equipes



Lucas Costa e Fernanda Lauria, do Sisejufe, na frente de luta em defesa dos servidores do TRE-RJ

recentemente formadas com a aglutinação de zonas eleitorais, conforme definido após o processo traumático do Rezoneamento levado a efeito no segundo semestre do ano de 2017”, acrescenta a dirigente do Sisejufe.

O projeto trará sérios prejuízos para a motivação dos servidores lotados nos cartórios, surpreendidos com o estabelecimento de prazo inexecutável para reorganização do planejamento de suas vidas familiares. Fernanda Lauria alerta que isso “pode criar graves obstáculos para o prosseguimento do planejamento escolar ou acadêmico de servidores e seus filhos, uma vez que essas mudanças somente devem ocorrer, de acordo com o cronograma, em abril”. Além disso, não há garantia de que haverá vagas em escolas nas cidades de destino dos servidores a serem removidos. Os prejuízos também podem ser econômicos, uma vez que terão de rescindir todo tipo de contratos, como alugueis e serviços.

Mudanças podem afetar as eleições

Para Lucas Costa, vice-presidente do Sisejufe, o principal aspecto que se apresenta como equivocado reside na tentativa

de valorar e mensurar a capacidade de produção dos cartórios e estabelecer projeções sobre a demanda futura das zonas eleitorais quando não foi realizada nenhuma eleição sequer, geral ou municipal. Para ele, “é preciso identificar a nova realidade estrutural definida para o tribunal fluminense após o processo de Rezoneamento, concluído recentemente, nos últimos meses de 2017”.

Não por acaso a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) veda a criação e extinção de zonas eleitorais em anos eleitorais. “Alterar a estrutura e a lotação de expressivo número de servidores neste período pode significar um erro de avaliação da oportunidade administrativa e criar mais um elemento de risco para a preparação e realização das eleições gerais de 2018, afetando o interesse público”, pondera Lucas Costa.

Prazo exíguo para manifestação

O Sisejufe se posiciona contrário à forma como foi conduzido todo o processo, considerando que havia um compromisso, tanto da Administração anterior, quanto da atual gestão

(inclusive reforçado nas reuniões de dezembro de 2017), no sentido de que seria viabilizada a participação do sindicato nas reuniões para discutir a elaboração do projeto de remoções.

A participação do sindicato nos processos é fundamental para defender o ponto de vista dos servidores da Justiça Eleitoral. O projeto foi elaborado durante o recesso forense, excluindo os servidores e o sindicato das discussões. “Foi concedido um prazo irrisório de cinco dias para o sindicato e os servidores apresentarem contrapropostas, quando todos sabemos que muitos dos nossos colegas estão de férias e jamais terão a oportunidade de se manifestar. Está muito claro que não existe intenção alguma da Administração em realmente ouvir aos servidores. Trata-se de mero floreio, simples fachada, para depois se afirmar que há diálogo e transparência em todo o processo”, destaca Fernanda Lauria.

A dirigente do Sisejufe relata que na reunião do dia 8 de janeiro, o presidente do TRE, Carlos Eduardo Fonseca Passos afirmou que “não ficará refém do sindicato” e que as equipes da sede do Tribunal “precisam

de privacidade para trabalhar sem pressões”, de modo que não permitiria a participação prévia do sindicato nesses processos e que em hipótese nenhuma prorrogaria o prazo para manifestações, tendo em vista que “deve prevalecer o interesse público”.

O Sisejufe convocará uma assembleia em fevereiro, quando os servidores retornarão das férias, para deliberar sobre paralisação e ações a serem adotadas contra tal postura da nova Administração e as remoções compulsórias que serão realizadas sem que tenha sido dada oportunidade real de servidores e do sindicato se manifestarem.

No dia 15 de janeiro, cumprindo o prazo de cinco dias úteis dado pela Administração, o sindicato encaminhou suas críticas ao processo, à proposta e a síntese das demandas que foram possíveis de serem levantadas em tão curto prazo e durante as férias de considerável parcela dos servidores. “No entanto, o documento não exaure as considerações e reivindicações da categoria a serem apresentadas ao Tribunal” ressaltou o vice-presidente do Sisejufe, Lucas Costa.

*Da Redação

Diretores dos JEF e Sisejufe se reúnem com presidente do TRF2

PELOS TRIBUNAIS Diretores se posicionam contrários à unificação de secretarias dos JEF



Foto: Fortunato Mauro

Cristiane Vianna Amaral*

Os diretores dos Juizados Especiais Federais (JEF) procuraram o sindicato para manifestar sua posição contrária à unificação das secretarias face uma minuta de resolução do Conselho da Justiça Federal (CJF). No dia 21 de dezembro, dirigentes sindicais e servidores estiveram na Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) para tratar da questão.

O presidente do TRF2, desembargador André Fontes, informou que há um projeto-piloto, desenvolvido pela corregedora regional, juíza Nizete Lobato, no qual haverá a junção de duas secretarias de varas cíveis, a 7ª e 24ª, cujo resultado está sendo submetido ao Órgão Especial do Tribunal. Diante das

Estiveram reunidos na sede do Tribunal, os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves, Eunice Barbosa e Mário César Pacheco; Andréa Molina (2º JEF - S. João de Meriti), Antônio Cláudio de Souza (8º JEF - Av. Venezuela) e Carlos José dos Santos (14º JEF - Campo Grande). Além do desembargador André Fontes, pela institucionalidade também participaram o juiz federal Osair Victor, diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), Luciene da Cunha Dau Miguel, diretora da Secretaria Geral da SJRJ, e Maria Lúcia Raposo, diretora-geral do TRF2.

circunstâncias da deficiência de pessoal e de recursos financeiros, o desembargador disse não ver outra alternativa, concordando, assim, com que vem sendo buscado pela Corregedoria Regional. Diante da preocupação dos servidores, deixou claro que durante o seu mandato “não haverá extinção de varas” ou unidades afins.

“Os diretores procuraram o sindicato preocupados com a

quebra na prestação de serviço de qualidade, o que corrobora com o desmonte do Judiciário Federal praticado pelo governo federal e com a desvalorização do trabalho de reorganização dessas unidades”, apontou o presidente do Sisejufe Valter Nogueira Alves.

Para Administração, sistema eletrônico pede mudança

Antônio Henrique Corrêa da

Silva, juiz da 32ª Vara Federal, que atua em auxílio à Corregedoria, afirma que a unificação visa otimizar recursos. Com a mudança do sistema eletrônico, que automatizará certidões e publicações, o gargalo deve passar para os gabinetes. A mudança de foco, no que se refere ao trabalho, vai exigir gabinetes maiores, nos quais 70% dos servidores devem ser gratificados. O chefe de

Gabinete passará de FC5 para FC6. “Estimular o trabalho intelectual é o novo foco da Justiça”, afirmou Antônio Henrique, para quem a perspectiva da Administração é acelerar a tramitação de processos, melhorar a prestação jurisdicional e a qualidade das decisões das sentenças.

*Da Redação

Servidores podem participar de corridas de rua em 2018

VIDA SAUDÁVEL

Parceria estimula servidor a participar de corridas com 5% de desconto

Max Leone*

A parceria Sisejufe/Equipe Fênix começa o ano de 2018 a todo vapor. Com objetivo de incentivar servidores do Judiciário Federal No Rio a entrarem em forma física, ter vida saudável e participar de circuitos de corridas de rua, o convênio facilitará a vida dos novos atletas. O Contraponto publica o calendário de competições que ocorrerão ao longo deste ano e que poderão contar com a participação dos servidores.

A parceria ajuda na inscrição nas competições, centralizando a entrega de kits de corrida no dia dos eventos, organizando o transporte de ida e volta e também é responsável por oferecer tenda com frutas, brinde, hidratação, alongamento e aquecimento. Tudo sempre sob a supervisão de professores e profissionais qualificados.

E o convênio funciona da seguinte forma: os interessados em participar das corridas farão cadastro que proporcionará desconto de 5% nas taxas de inscrições dos circuitos organizados por empresas especializadas nesse tipo de atividade esportiva. Os kits das corridas podem ser retirados com os organizadores da Equipe Fênix.

Então, comece o aquecimento, faça seu alongamento e não pare de treinar. As competições estão já estão agendadas. Contatos para inscrições podem ser feitos com o professor Eduardo Cabral de Miguel (CREF 042612-G/RJ), pelo telefone (21) 98859-2261 e com o professor Victor Henrique Gomes (CREF 037551-G/RJ), pelo fone (21) 96439-2038 ou pelo e-mail: equipefenix11@hotmail.com

Dia 18
• WRun (Feminina - 4km e 8km - Aterro do Flamengo) - R\$ 110,00 (kit básico) e R\$ 165,00 (kit luxo) - Primeiro lote;

Dia 24
• Equipe Fênix Doa Sangue

- 1 – Os valores apresentados incluem inscrição, retirada e entrega de kits e acesso ao Espaço da Equipe com direito a guarda volumes, hidratação, aquecimento e alongamento;
- 2 – Datas e locais ainda sujeitos a modificações pelos organizadores dos eventos;
- 3 – Outras corridas serão incluídas no calendário assim que lançadas;
- 4 – Corridas/treinos/eventos com inscrições abertas.

*Da Redação



Foto: Internet

Confira o calendário 2018 e veja qual você quer participar

Janeiro

Dia 27

• Eclipse Nigth Run (5km e 10km - Recreio - Posto 12) - R\$ 100,00;

Fevereiro

Dia 4

• Circuito do Sol (5Km e 10km - Aterro do Flamengo) - R\$ 120,00 (Primeiro lote);

Março

Dia 4

• 2ª Corrida e Caminhada pelo Aniversário da Pisa Leve (Em breve, mais informações);

Dia 11

• Circuito das Estações Outono (5km e 10km - Aterro do Flamengo) - R\$ 120,00 (Primeiro lote);

Dia 18

• WRun (Feminina - 4km e 8km - Aterro do Flamengo) - R\$ 110,00 (kit básico) e R\$ 165,00 (kit luxo) - Primeiro lote;

Dia 24

• Equipe Fênix Doa Sangue

(mais informações, posteriormente);

Abril

Dia 8

• Rio City Half Marathon (21km - do Recreio à São Conrado) - R\$ 160,00 (Primeiro lote);

Dia 15

• Bravus Race (5km + 15 obstáculos) R\$ 160,00 (Primeiro lote);

Dia 22

• Circuito Athenas 15km (5k, 10k e 15k) - R\$ 110,00 (Primeiro lote);

Maio

Dia 5

• Night Run (5km e 10km - areia e asfalto - Praia da Barra, Posto 3) - R\$ 120,00 (Primeiro lote);

Dia 13

• Meia do Porto (em breve, mais informações);

Dia 20

• Crazy+Blow Up Race (5km com 11 infláveis) - R\$ 110,00 (Primeiro lote).

Junho

Dia 3

• Maratona do Rio de Janeiro (42km) - R\$ 190,00;

Dia 3

• Family Run Maratona do Rio de Janeiro (6km e 10km) - R\$ 110,00;

Dia 17

• Circuito Athenas 18km (6km, 12km e 18km) - R\$ 110,00.

Julho

Dia 8

• Circuito das Estações Inverno (5km, 10km e 16km - Aterro do Flamengo) - R\$ 120,00 (Primeiro lote);

Dia 15

• Equipe Fênix Doa Sangue;

Dia 29

• Asics Golden Run 21km (21km - do Leblon ao Flamengo) - R\$ 175,00 (Primeiro lote).

Agosto

Dia 11

• Night Run (5km e 10km - areia e asfalto - Praia da Barra, Posto

3) - R\$ 120,00 (Primeiro lote);

Dia 19

• Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro (21km e 5km) - R\$ 150,00 (21km) e R\$ 130,00 (5km).

Setembro

Dia 30

• Circuito das Estações Primavera (5km, 10km e 21km - Aterro do Flamengo) - R\$ 120,00 (Primeiro lote).

Novembro

Dia 10

• Equipe Fênix Doa Sangue.

Dezembro

Dia 2

• Circuito das Estações Verão (5km e 10km - Aterro do Flamengo) - R\$ 120,00 (Primeiro lote);

Dia 9

• Circuito Athenas 21km (7km, 14km e 21km - Aterro do Flamengo) - R\$ 110,00.

“Basta querer fazer. Somos capazes”.

PRATA DA CASA

Um ano após começar a pintar, servidor aposentado do TRF já prepara exposição

Max Leone*

Quando se tem um objetivo é preciso ser perseverante e acreditar ser possível realizá-lo. Foi o que fez Walter Rosa Fontes, 59 anos, servidor aposentado do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). Ao ter contato com arte plástica, mais especificamente pintura de quadros, ele percebeu que era capaz de produzir sem nunca antes ter feito um curso ou aula prática para aprender a técnica. Segundo o servidor, o estímulo partiu dele mesmo.

“Algo dentro de mim dizia que eu poderia desenhar e pintar. Eu achava que seria capaz de fazer algo. Quando via um quadro, comentava que eu poderia fazer também. Meus filhos brincavam comigo dizendo que isso seria impossível, que não passava de vontade. Era uma atração enorme, uma certa intimidade, algo estranho. E foi isso que aconteceu. Comecei a fazer e não mais pretendo parar”, afirmou o servidor que também é esperantista (adepto ao idioma

do Esperanto) e que gosta de declamar poesias. “Já escrevi algumas, já fiz um cordel, mas não publiquei nada”, diz o servidor que foi militar da Marinha por cerca de cinco anos e topógrafo por aproximadamente oito anos.

Walter Fontes é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta. Iniciativa do Departamento de Cultura do Sisejufe tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço aos servidores e servidoras com talentos artísticos e literários fora da repartição. Em fevereiro de 2017, ele conheceu um ateliê em São Gonçalo, onde a esposa de um amigo do tribunal pratica pintura de óleo sobre tela. Ao chegar lá, a professora de pintura perguntou se não gostaria de fazer alguma coisa. O desafio foi lançado ao ser “apresentado” a uma tela de 40 cm x 40 cm e estimulado a pintar algo de sua própria imaginação ou inspirado por um modelo.

“Eu achei a tela enorme. Disse que minha cabeça estava totalmente vazia. Então, a professora me deu uma pilha de revistas para eu procurar um motivo,



Para Walter Fontes pintar “É a constatação de que sou capaz de realizar algo”

foliei várias, e nada. Quando vi um vaso com flores, inclusive o fundo, eram de uma só cor, imaginei que seria fácil e separei. Logo depois, vi um quadro de um campo, uma floresta, um casebre, uma vaquinha alimentando um filhote e um flamboyant. Chamei a professora e expliquei, envergonhado, que achava o vaso de flores fácil, mas gostaria de pintar ‘a vaquinha’. Ela disse que eu devia seguir meu impulso. Me deu um banquinho, um cavalete e um pedaço de carvão, colocou a tela escolhida e disse que eu desenhasse, não me fiz de rogado...”, conta o servidor lembrando cada detalhe.

Mesmo sem dominar a técnica, o resultado do primeiro trabalho foi considerado satisfatório pela professora que continuou a incentivá-lo a desenhar e a pintar. Dos familiares também vieram elogios e o material para as próximas pinturas. Em menos de um ano, Walter produziu sete quadros. E quando completar dez obras,

ele pretende organizar uma exposição.

“Estou terminando o quadro quem retratei o porta-aviões Minas Gerais e comecei a pensar em expor meus trabalhos”, afirma o servidor, ressaltando que o local deverá ser a Associação Niteroiense de Fotografia.

O servidor aposentado do TRF diz ainda que recebeu elogios de outro artista plástico que também já foi personagem do projeto Prata da Casa do Sisjufe. Trata-se do também funcionário do tribunal Jaderson Passos, que teve matéria publicada em outubro de 2009 pelo Contraponto.

Fontes afirma que muita gente diz a arte é uma forma de aliviar as tensões para combater o estresse. No caso dele, pintar funciona de outra maneira. “É a constatação de que sou capaz de realizar algo. A todo momento, penso se vou ou não conseguir fazer o próximo quadro. E isso angustia um pouco. Por isso, trato de fazer logo”, explica. Walter



Fontes aproveita para mandar um recado para os amigos da Justiça Federal: “Vocês também podem, também são capazes. Basta querer”, finaliza.

*Da Redação



Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br